



FIOCRUZ

# **Concurso Público Fiocruz 2023**

**Analista de Gestão em Saúde**

**Prova Objetiva e Discursiva**

**AN03 / AN23 / AN32**

**Gestão Contábil e Financeira**



# Prova Objetiva

**01.** Do final da década de 1980 até o começo dos anos 2000 o Brasil viveu importantes ciclos de reformas que alteraram significativamente as dinâmicas anteriores da gestão pública. As reformas do Estado mais recentes no Brasil incluem a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e a Reforma Tributária.

Observe as afirmativas a seguir sobre essas três reformas:

- I - A Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467/2017, alterou profundamente o ordenamento jurídico das relações de trabalho no Brasil (CLT, 1943). Um dos pontos centrais da reforma é a introdução do Artigo 611-A na CLT, que trata justamente de que acordos coletivos têm prevalência sobre a lei.
- II - A Nova Previdência entrou em vigor na data de publicação da emenda constitucional nº 103 no Diário Oficial da União, em 13 de novembro de 2019. As novas regras valem exclusivamente para os segurados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União.
- III - Os servidores públicos federais, que contribuem para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União, serão aposentados, voluntariamente, observados, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem; e b) 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que cumprido o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.
- IV - Com a primeira reforma ampla do sistema tributário realizada sob a Constituição Federal de 1988, os parlamentares esperam simplificar a cobrança de impostos sobre o consumo para incentivar o crescimento econômico.

Sobre as afirmativas acima, pode-se dizer que:

- (A) apenas I e II estão corretas.
- (B) apenas II e IV estão corretas.
- (C) apenas II e III estão corretas.
- (D) apenas I, III e IV estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

**02.** A clássica concepção de Hely Lopes Meirelles entende a administração pública como: “Em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para a consecução dos objetivos do Governo; em sentido material é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral. ” (Direito Administrativo Brasileiro)

Sobre a formação contemporânea do Estado brasileiro, NÃO é correto afirmar que:

- (A) A Constituição da República Federal de 1988 dispõe sobre a descentralização e a participação como princípios fundamentais do processo de democratização da gestão pública brasileira.
- (B) A reestruturação administrativa pretendida pelo governo Collor se inseria no contexto da modernização do Estado, tratando de privilegiar o ajuste econômico, a desregulamentação, a desestatização e a abertura da economia.
- (C) A Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467/2017, criou uma nova forma de contrato de trabalho, a figura do trabalho intermitente (Artigo 443), no âmbito do RJU (Regime Jurídico Único).
- (D) Conforme a Emenda Constitucional 103 de 2019, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo.
- (E) Para a concretização das mudanças propostas na EC 132/2023, o Congresso Nacional ainda deverá aprovar, nos próximos anos, leis complementares para regulamentar as alterações trazidas pela emenda e para instituir a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

**03.** “As políticas públicas, por definição, são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos nacional, estadual ou municipal que afetam a todos os cidadãos, de todas as escolaridades, independentemente de sexo, cor, religião ou classe social.” (Portal Fiocruz)

Observe as afirmativas a seguir sobre as políticas públicas:

- I - São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade: respeito à dignidade da pessoa humana e direito à convivência familiar e comunitária.
- II - A atenção básica, conforme a Política Nacional de Atenção Básica, deve operacionalizar diretrizes como: regionalização e hierarquização; territorialização; população adscrita; e cuidado centrado na pessoa.
- III - A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa tem como objetivo principal recuperar, manter e promover a autonomia e independência dos idosos em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.
- IV - O Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPPB) do Governo Federal visa complementar a disponibilização de medicamentos utilizados na Atenção Primária à Saúde, por meio, exclusivamente, de parceria com farmácias e drogarias da rede pública.

Sobre as afirmativas acima, pode-se dizer que:

- (A) apenas I e IV estão corretas.
- (B) apenas II e IV estão corretas.
- (C) apenas II e III estão corretas.
- (D) apenas I, II e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

**04.** A história da saúde no Brasil pode ser segmentada em períodos, facilitando a análise e compreensão da complexa realidade do sistema de saúde brasileiro.

Observe as afirmativas a seguir sobre os diferentes marcos da saúde brasileira:

- I. O período da primeira república foi marcado por epidemias de diversas doenças devido à inexistência de um modelo sanitário e por conflitos e arbitrariedades do Estado.
- II. Na Era Vargas ocorreram os seguintes fatos: a institucionalização da Saúde Pública pelo Ministério da Educação e Saúde Pública; a Previdência Social e Saúde Ocupacional são institucionalizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; e a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP), que ampliaram a cobertura da previdência social para a maioria dos trabalhadores urbanos.
- III. No período de 1945-1964, conhecido como de instabilidade democrática, ocorre a Criação do Ministério da Saúde e são instituídas as Caixas de Aposentadoria e Pensão (Lei Eloy Chaves).
- IV. A criação da Política Nacional de Atenção Básica e a Criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) junto ao Programa Saúde da Família (PSF), aconteceram no período da transição democrática (1985-88).

Sobre as afirmativas acima, pode-se dizer que:

- (A) apenas I e II estão corretas.
- (B) apenas II e IV estão corretas.
- (C) apenas II e III estão corretas.
- (D) apenas I, II e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

**05.** “O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, englobando desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, na Atenção Primária, até o transplante de órgãos. O SUS garante acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país.” (Ministério da Saúde - Sistema Único de Saúde)

Sobre os Conselhos de Saúde, nos âmbitos de atuação Nacional, Estadual ou Municipal, é INCORRETO afirmar que:

- (A) O Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) é uma entidade que representa os entes municipais, no âmbito estadual, para tratar de matérias referentes à saúde, desde que vinculados institucionalmente ao Conasems, na forma que dispuserem seus estatutos.
- (B) O Conselho Nacional de Secretários da Saúde (Conass) é uma entidade representativa dos entes estaduais e do Distrito Federal na Comissão

Intergestores Tripartite (CIT) para tratar de matérias referentes à saúde.

- (C) A Comissão Intergestores Tripartite (CIT) é um foro de negociação e pactuação entre gestores federal, estadual e municipal, quanto aos aspectos operacionais do SUS.
- (D) A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) é um foro de negociação e pactuação entre gestores estadual e municipais, quanto aos aspectos operacionais do SUS.
- (E) O Conass e o Conasems receberão recursos do orçamento geral da União por meio do Fundo Nacional de Saúde, para auxiliar no custeio de suas despesas institucionais, podendo ainda celebrar convênios com a União.

**06.** “Os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) constituem as bases para o funcionamento e organização do sistema de saúde em nosso país, afirmando direitos conquistados historicamente pelo povo brasileiro e o formato democrático, humanista e federalista que deve caracterizar sua materialização.” (MATTA, 2006)

Em relação aos princípios e diretrizes do SUS, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas a seguir:

- I - A universalização significa diminuir desigualdades. Apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas.
- II - A integralidade considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades. Para isso, é importante a integração de ações, incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação.
- III - A descentralização significa redistribuir poder e responsabilidade entre os três níveis de governo. Objetiva prestar serviços com maior qualidade e garantir o controle e a fiscalização por parte dos cidadãos.
- IV - A participação popular deve proceder à divisão de níveis de atenção e garantir formas de acesso a serviços que façam parte da complexidade requerida pelo caso, nos limites dos recursos disponíveis numa dada região.

De cima para baixo, a sequência correta é:

- (A) F, V, V e F.
- (B) F, F, V e V.
- (C) F, F, F e V.
- (D) V, V, V e V.
- (E) V, V, F e F.

**07.** “A Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) é parte integrante da Política Nacional de Saúde, formulada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A PNCTIS, além disso, corresponde a um componente da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNCTI) e, como tal, subordina-se aos mesmos princípios que a regem, a saber: o mérito técnico-científico e a relevância social.” (PNCTIS)

Observe as afirmativas a seguir sobre gestão de ciência e tecnologia em saúde:

I - O Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) é configurado como um sistema constituído pelos setores industriais de base química e biotecnológica, de base mecânica, eletrônica e de materiais e de serviços de saúde que estabelecem relações institucionais, econômicas e políticas voltadas para a inovação e produção em saúde.

II - A Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde (PNGTS) não abrange as fases de Pesquisa e Desenvolvimento ainda que possa subsidiar na identificação de prioridades no ciclo de vida das tecnologias em saúde.

III - A gestão de tecnologias em saúde pode ser definida como o conjunto de atividades gestoras relacionado com os processos de avaliação, incorporação, difusão, gerenciamento da utilização e retirada de tecnologias do sistema de saúde.

IV - No âmbito do desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, o Plano Nacional de Saúde (PNS) 2024-2027 estabeleceu estratégias como: a cooperação técnica nacional e internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (CT&IS); e a ampliação da difusão do uso compartilhado de conhecimentos científicos e sua aplicação em formato e linguagem adequados aos gestores de saúde.

Sobre as afirmativas acima, pode-se dizer que:

- (A) apenas III está correta.
- (B) apenas I e IV estão corretas.
- (C) apenas II e IV estão corretas.
- (D) apenas I, II e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

**08.** “O Plano Nacional de Saúde (PNS) 2024-2027 destaca que o alinhamento entre inovação, produção e acesso, tendo como instrumentos articulados os projetos de pesquisas, as parcerias público-privadas e transferências de tecnologia, assim como o financiamento e regulação para produção e inovação voltadas para o desafio do acesso universal à saúde, é central na estratégia do Ministério da Saúde (MS) para o desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ceis).” (PNS 2024-2027)

Observe as afirmativas a seguir sobre inovação e produção de tecnologias em saúde:

I - As ações de fomento do Ceis são realizadas por meio do Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Procis).

II - São objetivos das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP): ampliar o acesso da população a produtos estratégicos e diminuir a vulnerabilidade do SUS; e promover o desenvolvimento e a fabricação em território nacional de produtos estratégicos para o SUS.

III - A Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) é um processo unidisciplinar que ocorre de modo imparcial. A ATS considera principalmente o aspecto de eficiência da tecnologia em avaliação em relação às tecnologias já disponíveis.

IV - O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) é organizado exclusivamente por entes públicos, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

Sobre as afirmativas acima, pode-se dizer que:

- (A) apenas I e III estão corretas.
- (B) apenas II e IV estão corretas.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas I, II e III estão corretas.
- (E) todas estão incorretas.

**09.** A transformação digital no âmbito governamental visa oferecer um serviço público de qualidade, com menos gasto de tempo e dinheiro por parte do cidadão, objetivando melhorar a qualidade de vida daqueles que vivem e trabalham no país. A Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2023 está organizada em princípios, objetivos e iniciativas.

A iniciativa “Incentivar o uso de assinaturas digitais com alto nível de segurança”, que faz parte da Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2023, está vinculada ao:

- (A) Objetivo 12 - Identidade digital ao cidadão.
- (B) Objetivo 11 - Garantia da segurança das plataformas de governo digital e de missão crítica.
- (C) Objetivo 9 - Serviços preditivos e personalizados ao cidadão.
- (D) Objetivo 3 - Canais e serviços digitais simples e intuitivos.
- (E) Objetivo 1 - Oferta de serviços públicos digitais.

**10.** A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações.

A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal, no grau de secreto, é de competência de:

- (A) Presidente da República; Vice-Presidente da República; Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas; Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior.
- (B) Presidente da República; Vice-Presidente da República; Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas; Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior; e Titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (C) Titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (D) Presidente da República; Vice-Presidente da República; Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas.
- (E) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior; e Titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista.

**11.** A Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), modificada pela Lei 13.243/2016, estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País.

Observe as afirmativas a seguir sobre os estímulos à participação das Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) no processo de inovação, consoante a Lei de Inovação:

- I - A ICT não poderá obter o direito de uso ou de exploração de criação protegida.
- II - É possível ser concedida ao pesquisador público, desde que não esteja em estágio probatório, licença sem remuneração para constituir empresa com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação.
- III - Para apoiar a gestão de sua política de inovação, a ICT pública deverá dispor de Núcleo de Inovação Política, apenas em associação com outras ICTs.
- IV - A ICT pública deverá, na forma de regulamento, prestar informações exclusivamente ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Sobre as afirmativas acima, pode-se afirmar que:

- (A) apenas I está correta.
- (B) apenas II está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas I, II e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

**12.** Em 2023, conforme o Decreto nº 11.529/23, foi instituído o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Sitai, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Observe as afirmativas a seguir sobre o Sitai:

- I - O Sitai é composto pela Controladoria-Geral da União (CGU), como órgão setorial, e pelas unidades nos órgãos e nas entidades da administração pública federal direta.
- II - A Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal compreende: a transparência passiva, a transparência ativa e a abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal.
- III - A transparência ativa será realizada por sistema eletrônico específico para registro e atendimento de pedidos de acesso à informação direcionados aos órgãos e às entidades da administração pública federal.
- IV - A transparência passiva será realizada por meio da divulgação de dados e informações nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos e das entidades da administração pública federal.

Sobre as afirmativas acima, pode-se dizer que:

- (A) apenas I, II e IV estão corretas.
- (B) apenas II está correta.
- (C) apenas III e IV estão corretas.
- (D) apenas I, III e IV estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

**13.** Em 2023, o governo lançou a 7ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. O Programa objetiva disseminar novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a igualdade racial e entre mulheres e homens no mundo do trabalho.

Observe as afirmativas a seguir sobre os conceitos relacionados aos programas de governo orientados à equidade de gênero e raça:

- I - O termo diversidade faz alusão à ideia de multiplicidade, sendo um conceito relacional que remete às diferenças entre indivíduos. No ambiente organizacional, indica a presença de diferentes identidades subalternizadas, podendo incluir diferenças de raça e gênero. Sempre que uma organização é diversa, necessariamente é inclusiva ou equitativa.
- II - A equidade refere-se à promoção da justiça por meio da adaptação de regras, processos e distribuição de recursos em organizações e na sociedade. A partir de uma lente equitativa, reconhece-se que existem privilégios e barreiras sociais que fazem com que as pessoas partam do mesmo lugar social.
- III - A interseccionalidade pode ser entendida como uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade traz o entendimento de que várias formas de subordinação como machismo, racismo, classismo e homofobia podem se sobrepor.
- IV - Entende-se ação afirmativa como um conjunto de políticas específicas para membros de grupos sociais atingidos por formas de exclusão que lhes negam um tratamento igualitário no acesso às diversas oportunidades.

Sobre as afirmativas acima, pode-se dizer que:

- (A) apenas I, II e IV estão corretas.
- (B) apenas II está correta.
- (C) apenas III e IV estão corretas.
- (D) apenas I, II e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

**14.** As tendências apontadas pelos dados da PNAD Contínua/IBGE, no período de 2012-2019, mostraram as desigualdades de gênero e raça no funcionalismo público federal, retratando de forma escancarada as desigualdades estruturais do país.

Observe as afirmativas a seguir sobre as estratégias de diversidade, inclusão e equidade:

- I - Em 2014, foi tomada uma das medidas mais concretas no enfrentamento à questão da desigualdade no acesso às carreiras federais: a Lei Federal nº 12.990/2014, que reservou aos negros 50% das vagas oferecidas nos concursos públicos.
- II - O Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco (PAA/IRBr) - Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia busca atuar nas raízes da desigualdade, concedendo bolsas de estudos a pessoas negras para viabilizar sua preparação para o concurso público, ampliando, assim, a base de recrutamento desse grupo étnico-racial.
- III - No Senado Federal, em seu Plano de equidade de gênero e raça (2021- 2023), foi instituído o Programa de Liderança para as Mulheres. O programa tem como resultados-chave a realização de mentoria para mulheres ocupantes de chefia ou função comissionada e a realização de um curso de liderança para mulheres pardas e pretas não ocupantes de função comissionada.
- IV - A Rede Equidade, criada no início de 2022, é fruto de cooperação técnica, inicialmente, entre organizações públicas e privadas, para implementação de ações conjuntas de inclusão e diversidade, com foco em gênero e raça, visando contribuir para o alcance da igualdade e da equidade no país.

Sobre as afirmativas acima, pode-se dizer que:

- (A) apenas II e III estão corretas.
- (B) apenas II está correta.
- (C) apenas III e IV estão corretas.
- (D) apenas I, II e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

**15.** A Lei de Licitações e Contratos Administrativos (nº 14.133, de 1º de abril de 2021), estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Observe as afirmativas a seguir sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021):

- I - São abrangidas por esta Lei (14.133/2021) as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias.
- II - Subordinam-se ao regime desta Lei (14.133/2021): A - contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos; e B - contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria.
- III - Para os fins desta Lei (14.133/2021), considera-se que o projeto executivo é o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.
- IV - Conforme esta Lei (14.133/2021), o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, não poderá disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente.

De cima para baixo, a sequência correta é:

- (A) F, V, V e F.
- (B) F, F, V e V.
- (C) F, F, F e V.
- (D) V, V, V e V.
- (E) V, V, F e F.

**16.** “Subjetivamente a Administração Pública é o conjunto de órgãos e serviços do Estado e objetivamente é a expressão do Estado agindo in concreto para satisfação de seus fins de conservação, de bem-estar individual dos cidadãos e de progresso social.” (MEIRELLES, 2015)

Observe as afirmativas a seguir sobre a administração federal:

- I - A Administração Federal compreende: i) Administração Direta que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: Autarquias; Empresas Públicas; Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas e ii) a Administração Indireta.
- II - Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma Fundação Pública - entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.
- III - As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle.
- IV - A execução das atividades da Administração Federal deverá ser centralizada.

De cima para baixo, a sequência correta é:

- (A) F, V, V e F.
- (B) F, F, V e F.
- (C) F, F, F e V.
- (D) V, V, V e V.
- (E) V, V, F e F.

**17.** A Lei 8112, de 11 de dezembro de 1990, institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

Observe as afirmativas a seguir sobre o estatuto do servidor público:

- I - A nomeação do servidor público em caráter efetivo dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado.
- II - O servidor efetivo escolhido para exercer função de confiança não é designado e sim nomeado.
- III - Um servidor que ocupar exclusivamente cargo de provimento em comissão terá direito à estabilidade ao completar 1 (um) ano de efetivo exercício.
- IV - Para demissão de servidor público admitido por concurso é necessário processo administrativo com ampla defesa.

Sobre as afirmativas acima, pode-se afirmar que:

- (A) apenas I está correta.
- (B) apenas IV está correta.
- (C) apenas III está correta.
- (D) apenas I, II e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

**18.** Observe as afirmativas a seguir sobre a Lei nº 8.112/1990 (Estatuto do Servidor Público):

- I - A vacância do cargo público decorrerá exclusivamente de demissão, exoneração e falecimento.
- II - A reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado podendo ocorrer por invalidez ou no interesse da administração, o que permite reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.
- III - A redistribuição é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- IV - A remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

De cima para baixo, a sequência correta é:

- (A) F, V, V e F.
- (B) F, F, V e F.
- (C) F, F, F e V.
- (D) V, V, V e V.
- (E) V, V, F e F.

**19.** O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprovou o código de ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal.

Observe as afirmativas a seguir sobre o Decreto nº 1.171/1994:

- I - O código de ética instituído pelo Decreto nº 1.171/1994 é aplicável ao poder Executivo Federal, de forma exclusiva, aos órgãos e entidades da administração pública federal direta.
- II - A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida profissional e não na vida particular de cada servidor público.
- III - A moralidade da Administração Pública se limita à distinção entre o bem e o mal
- IV - O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente.

Sobre as afirmativas acima, pode-se afirmar que:

- (A) apenas I e II estão corretas.
- (B) apenas IV está correta.
- (C) apenas III está correta.
- (D) apenas I, II e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

**20.** Observe as afirmativas a seguir sobre o Decreto nº 1.171/1994, quanto aos deveres, vedações e comissões de ética:

- I - A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura.
- II - É vedado ao servidor público representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.
- III - O servidor público fica vedado de abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- IV - É vedado ao servidor público prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam.

Sobre as afirmativas acima, pode-se dizer que:

- (A) apenas I e II estão corretas.
- (B) apenas IV está correta.
- (C) apenas I e IV estão corretas.
- (D) apenas I, II e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.



**21.** Considerando a relevância da programação financeira no contexto da gestão fiscal responsável de um ente público, é INCORRETO afirmar que:

- (A) a programação financeira tem como objetivo alinhar as despesas às receitas efetivas, evitando o desequilíbrio fiscal.
- (B) o cronograma de desembolso é um instrumento de programação financeira que define os limites de pagamento, não podendo ser alterado após sua publicação inicial no exercício.
- (C) a despesa pública é programada financeiramente para assegurar o equilíbrio entre receita e despesa, evitando o déficit orçamentário.
- (D) despesas com investimentos podem ser programadas no cronograma de desembolso de forma a coincidir com a execução física do projeto, visando à eficiência na aplicação dos recursos.
- (E) o decreto de programação financeira define os critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, assegurando a execução orçamentária em consonância com a disponibilidade de caixa, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**22.** São procedimentos da programação financeira os itens abaixo relacionados, EXCETO:

- (A) elaboração do cronograma de desembolso.
- (B) acompanhamento da execução orçamentária.
- (C) compatibilização do fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos.
- (D) realização de contingenciamento de gastos.
- (E) emissão de empenhos de despesa.

**23.** Observe as afirmativas a seguir, em relação a receitas e despesas públicas:

I - A fase de lançamento é um dos estágios da despesa pública, onde se verifica a legalidade e a exatidão da dívida.

II - O pagamento da despesa somente pode ser realizado após a devida liquidação, que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor.

III - O empenho da despesa pública funciona como garantia ao credor do ente público de que existe o crédito necessário para a liquidação de um compromisso assumido.

IV - Despesas correntes são gastos que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Sobre as afirmativas acima, pode-se dizer que, apenas:

- (A) I está correta.
- (B) II está correta.
- (C) II e III estão corretas.
- (D) III e IV estão corretas.
- (E) I e II estão corretas.

**24.** Considerando-se os estágios da receita orçamentária, é correto afirmar que a autoridade administrativa determina a matéria tributável por meio do (a):

- (A) lançamento.
- (B) recolhimento.
- (C) arrecadação.
- (D) previsão.
- (E) estimativa.

**25.** São instrumentos utilizados na movimentação de créditos e recursos no contexto orçamentário federal os abaixo relacionados, EXCETO:

- (A) provisão.
- (B) destaque.
- (C) repasse.
- (D) suprimento de fundos.
- (E) sub-repasse.

**26.** Com relação à movimentação de créditos e recursos, avalie as afirmativas a seguir:

I - Um crédito suplementar, enquanto forma de crédito adicional, deve ser autorizado por lei e aberto por decreto do Poder Executivo, aumentando o valor de uma dotação já existente sem a necessidade de anulação de outra.

II - Créditos especiais são autorizados e abertos para despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, alterando montante global do orçamento.

III - Remanejamento é a transferência de dotações de uma categoria de programação para outra sem a necessidade de autorização legislativa, resultando em aumento do orçamento total.

IV - Transposição de créditos é a movimentação de recursos entre projetos e atividades de diferentes órgãos sem impactar o montante total do orçamento e sem autorização legislativa.

Das afirmativas acima, apenas:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) III e IV estão corretas.
- (D) I e IV estão corretas.
- (E) I e III estão corretas.

27. Estabeleça a correta correspondência dos principais instrumentos de planejamento e execução orçamentária do governo federal na Coluna I com suas características presentes na Coluna II.

Coluna I	
1.	LDO (lei de diretrizes orçamentárias)
2.	PPA (plano plurianual)
3.	LOA (lei orçamentária anual)

Coluna II	
( )	define metas e prioridades para os próximos quatro anos, orientando a ação governamental.
( )	estabelece as diretrizes para a elaboração dos orçamentos fiscais e de investimento.
( )	autoriza as despesas do governo federal para um exercício financeiro.
( )	detalha as receitas e despesas para o ano subsequente, respeitando as diretrizes estabelecidas.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) 1, 1, 2 e 3.
- (B) 2, 2, 3 e 1.
- (C) 1, 3, 1 e 2
- (D) 2, 1, 3 e 2.
- (E) 2, 3, 1 e 1.

28. São classificações das receitas públicas correntes quanto à sua origem, os itens abaixo relacionados, EXCETO:

- (A) receita patrimonial.
- (B) receita de serviços.
- (C) transferências correntes.
- (D) receita industrial.
- (E) amortização de empréstimos.

29. Os estágios da receita pública apresentados na Coluna I são fundamentais para a administração e controle dos recursos pelo Estado. Estabeleça a correta correspondência com suas respectivas descrições na Coluna II.

Coluna I	
1.	previsão
2.	lançamento
3.	arrecadação
4.	recolhimento

Coluna II	
( )	transferência dos valores arrecadados para a conta única do Tesouro, encerrando o ciclo de arrecadação da receita.
( )	estimativa do montante que será arrecadado em um exercício financeiro, com base em critérios objetivos e históricos.
( )	efetiva entrada de recurso nos cofres públicos, decorrente do pagamento dos tributos pelos contribuintes.
( )	ato administrativo pelo qual se verifica a procedência do crédito fiscal, identificando o contribuinte e consolidando o montante devido.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- (A) 2, 1, 4 e 3.
- (B) 4, 1, 3 e 2.
- (C) 3, 2, 4 e 1.
- (D) 4, 3, 1 e 2.
- (E) 2, 4, 3 e 1.

30. Em relação ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), NÃO é correto afirmar que:

- (A) por meio do SIAFI, é possível realizar a programação financeira e o acompanhamento da execução dos programas de trabalho do governo federal.
- (B) o SIAFI permite o processamento da execução patrimonial e contábil de autarquias, fundações, empresas públicas federais e sociedades de economia mista.
- (C) uma das principais características do SIAFI é a descentralização, permitindo que cada unidade gestora mantenha seu próprio sistema de contabilidade, independente do sistema central.
- (D) entidades de caráter privado pode mutilizar o sistema, desde que autorizadas pela STN, órgão gestor do SIAFI.
- (E) o SIAFI promove a transparência das contas públicas e suas informações são acessíveis para controle e acompanhamento.

**31.** De acordo com a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está dentro do rol de características qualitativas de melhoria da informação financeira útil, a informação que:

- (A) não há erros ou omissões na descrição do fenômeno e que o processo utilizado para produção foi selecionado e aplicado sem erros no processo.
- (B) sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, razoavelmente, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre entidade específica que reporta.
- (C) não possui inclinações, não é parcial, não é enfatizada ou deixa de ser enfatizada, nem é, de outro modo, manipulada para aumentar a probabilidade de que serão recebidas de forma favorável ou desfavorável pelos usuários.
- (D) pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão ainda que alguns usuários optem por não tirar vantagem dela ou já tenham conhecimento dela a partir de outras fontes.
- (E) diferentes observadores bem-informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna.

**32.** De acordo com a Lei nº 4.320/64, a destinação da dotação está classificada corretamente em:

- (A) Despesa de custeio/ Subvenções sociais, as que se destinem a instituições privadas de caráter cultural, sem finalidade lucrativa.
- (B) Inversões Financeiras/ Aumento de capital de empresas que visem objetivos financeiros.
- (C) Transferências Correntes/ Amortização da dívida pública.
- (D) Investimentos/ Obras de conservação de bens imóveis.
- (E) Transferências de Capital/ Aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

**33.** Uma unidade gestora da Administração Pública Federal apresenta as seguintes informações em moeda nacional:

Alienação de bens	700.179
Amortização de Empréstimos	65.000
Inversões financeiras	35.987
Investimentos	587.000
Operações de Crédito	45.698
Receita Industrial	50.359
Receita Patrimonial	400.225

Com base na Lei nº 4.320/64, a soma das receitas de capital e a soma das despesas de capital correspondem, respectivamente, a:

- (A) 1.182.089 / 110.698
- (B) 496.282 / 668.685
- (C) 1.165.404 / 687.987
- (D) 810.877 / 622.987
- (E) 815.538 / 1.352.179

**34.** Considere as seguintes discriminações de despesa e seus valores de destinação em milhares de reais:

Amortização da Dívida Pública	90
Constituição de Fundos Rotativos	250
Juros da Dívida Pública	58
Participação em Constituição de Entidades Agrícolas	799
Salário Família e Abono Familiar	426
Subvenções econômicas	34

Com base na Lei nº 4.320/64, se TC = Transferências Correntes, TCA = Transferências de Capital, IF = Inversões financeiras, DC = Despesas de Custeio, então o resultado da equação (TCA-DC)\*IF+TC é:

- (A) 14.484
- (B) 93.432
- (C) 23.018
- (D) 33.662
- (E) 222.768

**35.** Conforme PCASP 2024, a classificação do Indicador de Superavit Financeiro como Financeiro/Permanente está representada pela conta do Ativo:

- (A) 121310300 Aplicações em segmento de imóveis.
- (B) 121120500 Dívida ativa não tributária.
- (C) 121120400 Dívida ativa tributária.
- (D) 124910400(-) Redução ao valor recuperável de intangível-patrimônio cultural intangível.
- (E) 121210900 Consignações.

**36.** De acordo com MCASP: Plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada, bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis de acordo com as necessidades de informações dos usuários.

Dessa forma, a edição pelo STN do Plano de Contas aplicado ao Setor Público:

- (A) é dividida em 6 classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações.
- (B) está estruturada de acordo com 3 naturezas das informações contábeis.
- (C) restringiu o detalhamento do 3º nível nos diversos níveis de consolidação às contas consideradas relevantes para fins do processo de consolidação.
- (D) contribui para tomada de decisão absonante e para a racionalização de custos no setor público.
- (E) identifica as contas contábeis por códigos com 6 níveis de desdobramento, composto por 9 dígitos.

37. Uma unidade da saúde pública federal apresentou as seguintes informações no final do exercício de 20XX em milhares de reais:

Depreciação de bens móveis	3.098
Transferências concedidas	600
Contribuições de melhoria lançadas e arrecadadas no mesmo ano	4.000
Transferências recebidas	700
Inscrição de restos a pagar processados	456
Pagamento de restos a pagar não processados	258
Resgate de Investimentos e Aplicações Financeiras	1.000

O Resultado Patrimonial e Financeiro, respectivamente, foram:

- (A) 1.002 / 5.298
- (B) 902 / 5.386
- (C) 3.400 / 1.198
- (D) 1.458 / 2.200
- (E) 902 / 4.298

38. A situação que NÃO contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal na prestação de contas é:

- (A) um passivo a descoberto indicado no balanço patrimonial dos últimos dois quadrimestres de mandato pelo titular de Poder.
- (B) empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público, por aplicação das disponibilidades de caixa dos entes da Federação.
- (C) a divulgação em trinta de abril da consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior.
- (D) a divulgação de recursos provenientes de penhora e alienação de ativos em única conta na demonstração das variações patrimoniais.
- (E) ausência de medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições na prestação de contas.

39. Um ativo imobilizado da Administração Pública Federal tem vida útil de 12 anos, custo histórico de 5.348,80 e valor residual de 100,00. Após reavaliação do ativo sua depreciação acumulada mensal passou para 50,00. O valor de despesa de depreciação desse ativo que deve ser reconhecida por mês, pelo método das cotas constantes, é:

- (A) 50,00
- (B) 36,45
- (C) 13,55
- (D) 37,14
- (E) 50,69

40. Uma unidade de saúde pública federal adquiriu um equipamento há 2 anos, mas já não possui expectativa de benefícios econômicos futuros, e devido sua obsolescência não é possível utilização nas atividades de saúde, além de remota probabilidade de identificação de mercado para venda.

Dessa forma, deve-se adotar nas demonstrações contábeis para esse ativo:

- (A) redução a valor recuperável - uma perda dos futuros benefícios econômicos ou do potencial de serviços de um ativo, além da depreciação.
- (B) depreciação - a perda do potencial de benefícios de um ativo motivada pelo desgaste, uso, ação da natureza ou obsolescência.
- (C) redução a valor recuperável - um instrumento utilizado para adequar o valor contábil dos ativos à sua real capacidade de retorno econômico.
- (D) depreciação pelo método da soma dos dígitos - quando o bem costuma ter uma depreciação maior nos primeiros anos de uso.
- (E) desconhecimento do valor contábil - quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços com a sua utilização ou alienação.

## Prova Discursiva

### QUESTÃO

Em uma autarquia federal, atuante na área da saúde, Renata, servidora pública no cargo de analista de gestão em saúde, ingressou no serviço público em 2002. Ela ocupa um cargo efetivo e desfruta de estabilidade. Aos sessenta e dois (62) anos de idade alcançou a elegibilidade para a aposentadoria. A Renata enfrentou a seguinte situação no seu ambiente de trabalho:

Ao longo do ano de 2023, o pai da Renata, Sr. José, foi afetado por uma doença crônico-degenerativa que evoluiu rapidamente para um estado grave de saúde. Durante esse período, Renata, uma servidora idosa e negra, solicitou licença médica na autarquia; contudo, essa medida não foi bem recebida pelo chefe de seu setor.

Após a concessão e gozo da licença, Renata retornou ao trabalho, porém o estado de saúde do seu pai se agravou, ocasionando faltas, atrasos e dificuldades em atingir metas. Ato contínuo, a servidora foi alvo de pressão psicológica do seu chefe para se aposentar, não devido a sua queda de desempenho, faltas e atrasos, mas em função da idade avançada e de sua identidade como mulher e negra. Renata se aposentou imediatamente após o término da licença e, decorridos seis (6) meses, solicitou a reversão da sua aposentadoria em função de ter sido informada pelos colegas de trabalho sobre a implementação de mudanças significativas na gestão de pessoas.

A situação enfrentada por Renata contraria várias políticas públicas e regulamentos que regem o ambiente de trabalho, estabelecidos em leis e outras normas infralegais, como decretos e portarias.

Sobre o caso apresentado acima, redija um texto, com o mínimo de 50 linhas e o máximo de 150 linhas, respondendo aos questionamentos a seguir:

a. Quais seriam as políticas públicas que a autarquia deveria ter tomado como referência para assegurar o acolhimento adequado da Renata, tanto na condição de servidora ativa como de aposentada com expectativa de retornar ao trabalho? Justifique sua resposta.

b. Quais seriam os princípios norteadores das políticas públicas mencionadas e como eles deveriam abordar as desigualdades históricas e promover a justiça social, do ponto de vista da Renata, tanto na condição de servidora ativa como de aposentada com expectativa de retornar ao trabalho?

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO



RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

# Instruções

1. Por motivo de segurança, a Fiocruz solicita que o candidato transcreva em letra cursiva, em espaço próprio no Cartão de Respostas da Prova Objetiva, a frase abaixo apresentada:

“As melhores coisas da vida não podem ser vistas nem tocadas, mas sim sentidas pelo coração.” ( Dalai Lama )

2. Para cada uma das questões da prova objetiva são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), e só uma responde da melhor forma possível ao quesito proposto. Você só deve assinalar UMA RESPOSTA. A marcação de nenhuma ou de mais de uma alternativa anula a questão, MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA.

3. A duração da prova é de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do Cartão de Respostas e a Prova Discursiva. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo.

4. Verifique se a prova é para o **PERFIL** para o qual concorre.

5. Somente após autorizado o início da prova, verifique se este Caderno de Questões está completo e em ordem. Folhear o Caderno de Questões antes do início da prova implica na eliminação do candidato.

6. Verifique, no **Cartão de Respostas da Prova Objetiva**, se seu nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento estão corretos. Caso contrário, comunique ao fiscal de sala.

7. O **Caderno de Questões** poderá ser utilizado para anotações, mas somente as respostas assinaladas no **Cartão de Respostas da Prova Objetiva** e no **Caderno de Respostas da Prova Discursiva** serão objeto de correção.

8. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas da Prova Objetiva**:

- . não haverá substituição por erro do candidato;
- . não deixar de assinar no campo próprio;
- . não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas;
- . a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada;
- . outras formas de marcação diferentes da que foi determinada acima implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**;

9. O fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.

10. Você só poderá retirar-se da sala após 60 minutos do início da prova.

11. Quaisquer anotações só serão permitidas se feitas no caderno de questões.

12. Você poderá anotar suas respostas da prova objetiva em área específica do Caderno de Questões, destacá-la e levar consigo.

13. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue ao fiscal todo o seu material de prova.

14. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o **Cartão de Respostas da Prova Objetiva, o Caderno de Respostas da Prova Discursiva e o Caderno de Questões**.

## 15. Prova Discursiva:

- A questão discursiva deverá ter um limite mínimo de 50 linhas e máximo de 150 linhas.

- Transcreva sua resposta para a parte pautada do **Caderno de Respostas da Prova Discursiva**. Não assine, rubrique ou coloque qualquer marca que o identifique, sob pena de ser anulado. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará nota ZERO na respectiva prova discursiva.

- O tempo total de duração das provas será de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para o preenchimento da Resposta Definitiva da Questão Discursiva. Nenhum rascunho SERÁ LEVADO EM CONTA.

Boa Prova!



Ao término da prova, anote aqui suas respostas e destaque na linha pontilhada.

01	<input type="checkbox"/>	09	<input type="checkbox"/>	17	<input type="checkbox"/>	25	<input type="checkbox"/>	33	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	10	<input type="checkbox"/>	18	<input type="checkbox"/>	26	<input type="checkbox"/>	34	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	11	<input type="checkbox"/>	19	<input type="checkbox"/>	27	<input type="checkbox"/>	35	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	12	<input type="checkbox"/>	20	<input type="checkbox"/>	28	<input type="checkbox"/>	36	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	13	<input type="checkbox"/>	21	<input type="checkbox"/>	29	<input type="checkbox"/>	37	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	14	<input type="checkbox"/>	22	<input type="checkbox"/>	30	<input type="checkbox"/>	38	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	15	<input type="checkbox"/>	23	<input type="checkbox"/>	31	<input type="checkbox"/>	39	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	16	<input type="checkbox"/>	24	<input type="checkbox"/>	32	<input type="checkbox"/>	40	<input type="checkbox"/>